



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
1

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



VIDEOCONFERÊNCIA - SALA DE GOVERNANÇA DA SPGG – 21º ANDAR DO CAFF

REGISTRO

O **Secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Sr. Claudio Gastal**, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos os Conselheiros, Titulares e demais convidados. Esclarece que é uma reunião formal, mas que realizamos de um jeito informal, comunica, ainda, que, para quem é Conselheiro, temos uma inovação do Conselheiro Daniel Santoro que enviou um briefing no grupo do CEDE sobre o formato desta reunião hoje; após esta abertura será dada a palavra para o novo Secretário do Turismo, Ronaldo Santini e o foco será nas frentes de trabalho e assuntos emergentes, sem apresentações externas para que se possa verificar o andamento dos trabalhos. Para o Secretário Ronaldo Santini e o Diretor Joel Ernesto Maraschin, representando o Secretário Edson Brum; explica que este Conselho foi uma iniciativa que começou no final do Governo Sartori com participação do Conselheiro Walter Lídio, do SEBRAE e a sua pelo Movimento Brasil Competitivo e do Grupo de Coalizão de Empresários do RS; diz: como nosso Governador coloca, este governo é de evolução; não é de ruptura e nem de continuidade, mas, sim de construção. Cabe, também, destacar que vários resultados que temos alcançado é porque também foi plantado no Governo Sartori e ao assumir a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, na época, decidiu com o Presidente André Godoy, uma vez que o SEBRAE já estava muito envolvido e comprometido nesse processo, criar o CEDE; primeiro Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo, no País, e que tem sido benchmarking para outros Estados como Mato Grosso do Sul e Goiás. O CEDE tem representação do Governo e da Sociedade Civil com Conselheiros que tem direito a voto, que decidem e deliberam. Quando falamos de desburocratização e empreendedorismo não é só do Executivo ou da sociedade, mas envolve, Ministério Público, Tribunal de Justiça, PROCON, outras Secretarias, Bancos; então podemos criar um espaço de diálogos, debates construtivos e muito abertos sobre o tema desburocratização e empreendedorismo. Esta semana foi apresentado pela FAMURS, junto com o SEBRAE, 97% das micros e pequenas empresas cobertas pela Redesimples nos municípios; ou seja, de 159, hoje, estamos com 407 municípios integrados na Redesimples, trabalho realizado pelo Pres. André Godoy, a sua equipe e nós auxiliando. Pela frente da Revisão Legal que lançou o DescomplicaRS, braço executivo deste Conselho como Comitê Redesim e outros que serão apresentados no decorrer desta reunião; informa que foram 3.000 Decretos revogados, 21.000 analisados e 18.430 considerados ultrapassados, aproveitando para agradecer a Casa Civil, Secretário-Chefe Sr. Otomar Vivian e o Secretário-Chefe Adjunto, Dr. Bruno de Freitas, pelo apoio. Atualmente estamos discutindo revisões legais, o FUNDOPEM RS, que foi protocolado na Assembleia Legislativa, ontem, tratado juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento e Turismo. Está sendo feita revisão na Gestão dos Ativos Imobiliários do RS, inclusive para acelerar o processo para trocas, permutas, vendas, etc. A Presidente da Junta Comercial RS auxiliando na Redesim, o Sistema Online do CBM RS já com projeto piloto implantado na região de Canoas e Santo Ângelo, conforme informado pelo Comandante Bonfanti; assim como conseguirmos dar celeridade neste processo e colocar o Sistema no ar, com a liderança do Comandante Bonfanti e o apoio da Procergs, Presidente José Leal. Importante mantermos a vigilância para expandir a todos no RS; nesse sentido, Comandante Bonfanti comunica que no máximo em um ou dois meses consegue essa expansão, bem como os prazos para emissão do Alvará do Corpo de Bombeiros, contando com a Vistoria está bem adequado. Posteriormente, o Conselheiro Daniel falará sobre uma discussão com a liderança de empresários na questão do turismo e que haverá uma reunião com o Transforma RS na próxima semana. Passa a palavra para o Secretário Ronaldo Santini.

Secretário do Turismo, Sr. Ronaldo Santini – cumprimenta a todos e diz ser um privilégio estar participando do CEDE, compartilhando de um fruto do trabalho que teve, em 2013, na Assembleia Legislativa quando



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
2

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



criaram a Comissão Especial da Desburocratização e que dentre uma das metas do grupo era a criação deste Comitê unindo o Poder Judiciário, Legislativo, Executivo, empresários; setores que tinham gargalos e precisavam deste enfrentamento e, hoje, vindo com muito orgulho o amigo e parceiro do MBC, Secretário Gastal, conduzindo este processo com os Senhores e já tomando conhecimento de números bem significativos de revisões legais, apoio com micro e pequenas empresas, tudo que está na burocracia ou desburocratização era uma das maiores demandas que tinham. Está muito feliz por poder participar deste Conselho e acredita na importância deste trabalho, que, além de diminuir o peso da máquina do Estado, agiliza, também, a oportunidade de negócios, facilita a vida dos empreendedores, dos servidores públicos do Estado, burocratas na essência da palavra bem aproveitados e não perdidos, sem poder de decisão, sem segurança jurídica, muitas vezes nas tomadas de decisões. Com o arcabouço jurídico que se instala, cabe a nós que tivemos participação no Legislativo, Luiz Carlos Busato, Dep. Giuseppe Riesgo, tivemos ansiedade de produzir uma legislação, algumas vezes muito bonito do ponto de vista do que é escrito mas não aplicável no mundo real ou sobrepostas a outras legislações que acabam dando margem a diversas interpretações. Se coloca à disposição para ajudar em tudo que for preciso e necessário para que se vença esta atuação.

Conselheiro Daniel Santoro – cumprimenta a todos e se apresenta aos novos participantes como um dos representantes da Sociedade Civil com atuação no Comitê de Coordenadores e os demais Comitês. Explica que foi eleito como porta-voz para apresentar os assuntos desta reunião com uma dinâmica diferente e que chegou-se em um ano de reuniões virtuais, com alguns modelos mais expositivos outros não, mas uma das riquezas deste Conselho foi o sistema que o Secretário Gastal instituiu desde a primeira reunião que é solicitar a vez para fazer as suas contribuições e, assim, saíram excelentes projetos daquele processo e no virtual teve-se um pouco mais de dificuldades. Hoje vai apresentar uma ferramenta onde se gerencia todas as iniciativas estratégicas, sendo que algumas delas o Secretário Gastal já falou rapidamente. Vamos destacar as principais iniciativas que estão em curso, o escopo do trabalho que está sendo feito; direcionar uma discussão entre os Conselheiros para que possam colocar as suas percepções de alguns dos assuntos específicos ou do próprio formato. Elucida que os Comitês são grupos permanentes do Conselho e, eventualmente, quando emerge alguma iniciativa específica criamos grupos de trabalhos que podem se extinguir a medida em que o trabalho é concluído. O grupo da Coordenação, composto por cada coordenador dos Comitês e mais alguns integrantes, tratamos de vários temas concomitantes.

Comitê de Governança – temos três grandes iniciativas:

- Novo Diário Oficial do Estado Eletrônico – é preciso evoluir para um sistema digitalizado de alta performance, podendo aportar atividades de maior valor e economizar horas de trabalho interno e de operadores de direito que lidam com o Estado, uma vez que todos os órgãos do governo se guiam pelo Diário Oficial. Está sendo conduzido pela Subchefe Jurídica da Casa Civil, Dra. Maria Patrícia Mollmann, juntamente com a Procergs.
- Fortalecimentos das Instâncias de Mediação – uma ação do Desembargador, Dr. Ney Wiedemann Neto, que trouxe para este Conselho uma oportunidade de criarmos um grupo de trabalho com dezesseis Instâncias de Poderes diferentes, como AGU, CEDE, Defensoria Pública do RS, Justiça Federal, OAB/RS, PGE RS, PGM R, SEBRAE RS, SJCDH RS, SPGG RS, Justiça do Trabalho de Passo Fundo, Ministério Público do RS, Tribunal de Justiça do RS, TRF4, TRT4 e Câmara de Mediação ACRÓPOLE; discutindo fundamentalmente mediação e conciliação. Como se vincula à desburocratização e empreendedorismo, salientando que o RS é reconhecido nacionalmente, de forma negativa, por ser um estado muito litigioso; tratamos de métodos autocompositivos dos conflitos e evitar, com isso, demandas judiciais. Estamos evoluindo e, este ano, retomaremos com as Webinars vislumbrando focar essas



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
3

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



Instâncias para as escolas de Direito e mudança desta cultura de litígio.

- Revisão do Decreto e Regimento Interno do CEDE – Previsão em Lei – com dois anos de Conselho, um ano presencial e um virtual; obtivemos uma ideia da Dra. Maria Patrícia Mollmann para tornar este Decreto em Lei e solicita que ela possa externar os motivos e ganhos com este processo.

Dra. Maria Patrícia - as propostas e ações não acontecem só porque está na Lei, o engajamento das pessoas que fazem as ações assim como a evolução do CEDE nesses dois anos, muita das rotinas e aprendizados não estão refletidos na atual norma; o Estado incorporou a pauta do empreendedorismo com a desburocratização que não está nesta legislação e o Decreto traz a participação obrigatória da Sociedade Civil como membros. Então, são algumas diferenças que propomos para um futuro debate para incorporar essas práticas novas para garantir uma institucionalização das boas práticas, uma continuidade; ação boa para o funcionalismo público nas questões internas, pois há grandes avanços e mudança de cultura e simplificação. Pauta relevante para trazer este novo aprendizado tanto para a Lei existente como quanto para o Decreto, o Regimento institucionalizando práticas.

O **Secretário Claudio Gastal**, pergunta se essa operação de lei é iniciativa da Assembleia Legislativa; Dra. Maria Patrícia responde que poderia ser uma iniciativa do Estado e o **Dr. Tomás Holmer** complementa dizendo que poderia ser colocado o Ministério Público e Assembleia para dentro do processo, uma vez que no Decreto não consta, mas somente na Lei. O **Secretário Ronaldo Santini** considera fundamental fazer os ajustes, colocar o setor empreendedor; **Dra. Maria Patrícia** sugere, também, colocar a sociedade civil como membros, ou seja, para que o Conselho siga como instituição de Estado.

Conselheiro Daniel Santoro – ressalta que pensar em desburocratizar e empreender no Rio Grande do Sul, em um País que tem a legislação como o Brasil, não conseguiremos sem um marco regulatório legal e como este Conselho tem sido muito profícuo, entendemos que temos que lutar pela institucionalização dele para que não dependa de um Governo específico e se possa continuar trabalhando pelo Estado.

Comitê Redesimples – seguem as principais iniciativas.

- Evento FAMURS para sensibilização dos 72 municípios que ainda não integraram a Redesim foram convidados e 40 municípios participaram. Logo, o Sr. Márcio Benedusi que opera, pelo SEBRAE, toda a interlocução com os municípios, já está em contato individualmente para mobilizá-los e trazer este resultado das integrações à Redesimples, conseguir consolidar um resultado de 100% dos municípios do RS.

Status 2021 Redesimples

- 407 municípios integrados – 97% MPEs
- 18 em processo de integração
- 13 com interesse
- 59 sensibilizado

- **Balcão Único** – o Comitê composto pela SPGG, JUCIS e PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, trata do projeto piloto para que o empreendedor possa se dirigir a um único sítio para operações de baixo risco; ou seja, sistema que permitirá ao usuário obter registro e licenciamento de sua empresa de forma quase instantânea, com o preenchimento de um único formulário em uma única etapa, em um único local, promovendo o empreendedorismo.
- **Comitê Liberdade Econômica** – liderado pela Sra. Janaína Zago, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE, Sra. Lauren Momback, Presidente da JUCIS RS e com apoio do Dr. Tomás Holmer, Coordenador do DescomplicaRS – SPGG. Projeto de integração com os órgãos estaduais e municipais de licenciamento com a Lei de Liberdade Econômica. Há uma agenda ordinária com quatro reuniões



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
4

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



semanais com cada órgão, pois demanda uma integração legal e tecnológica de todos os órgãos para que se possa implementar a Lei de Liberdade Econômica em nosso Estado. Já conseguimos avanços muito – importantes quanto a classificação das atividades econômicas de baixo risco dos órgãos estaduais de acordo com a LLE; uma vez que dos 1332 CNAES existentes, cada órgão de nosso Estado fez a proposição de classificação. **Dr. Tomás** agradece à FEPAM – 931 atividades, VISA – 1.182 atividades e Bombeiros – 497 atividades, este Comitê ultrapassou a LLE; este é o primeiro passo para que se possa concluir a aplicação da Lei de Liberdade Econômica dentro dos órgãos estaduais. **O Secretário Gastal** ratifica com o Comandante Bonfanti se este resultado impacta no processo de licenciamento. **O Comandante Bonfanti** explica que temos uma legislação de prevenção que tem algum confronto com a legislação federal, é importante observar e evoluir nesse sentido com uma certa mudança legislativa no Estado. **O Secretário Gastal** questiona se está direcionado para o Comitê Revisão Legal. **O Conselheiro Daniel Santoro confirma** e complementa no sentido que há um conflito entre a Lei de Prevenção Contra Incêndio (Lei Kiss) e a Lei de Liberdade Econômica, ou seja, adequação destas; então, como destacar empreendimentos, acelerar processos!? eis a complexidade deste alinhamento e que conta com a colaboração de múltiplos profissionais de todas as áreas envolvidas, inclusive da Procergs.

- **RS.GOV.BR** – liderada pelo Diretor do EDP, Sr. Hiparcio, temos a digitalização dos serviços ao Cidadão; perfil único do cidadão; e Avaliação dos serviços digitais. É o cidadão no centro do processo do Estado, várias ações de simplificação de digitalização para o cidadão.
- **Comitê de Revisão Legal** – liderado pela Dra. Maria Patrícia Mollmann; **o Conselheiro Santoro** explica a diferença entre **Revogação e Revisão**: no primeiro foram verificadas todas as legislações obsoletas, ou seja, ganho de produtividade para todo o sistema legal que se relaciona com o Estado e o segundo é um pouco complexo porque entra na questão qualitativa de normas que estão estabelecidas mas precisam ser revisadas. Um dos grandes trabalhos que passou por este Comitê e que foi liderado pela **Dra. Marcela Vargas, Procuradora da PGE RS**, foi a **revisão do FUNDOPEM RS** que já foi encaminhado à Casa Civil pelo **Secretário de Desenvolvimento, Sr. Edson Brum**, que sai do nosso escopo, porém, seguiremos acompanhando na Assembleia Legislativa, inclusive, aproveitamos a presença do **Deputado Giuseppe Riesgo** para nos apoiar no desenvolvimento deste tema. **Selo Descomplica** – ações e projetos que já tem reconhecimento e passam pela análise do CEDE e do DescomplicaRS, criando-se, assim, uma chancela. Neste contexto, temos:
 - SELO DESCOMPLICA: Adequação da Lei de Prevenção Contra Incêndio (Lei Kiss) à Lei de Liberdade Econômica
 - SELO DESCOMPLICA: Regulamentação da Lei Federal 14.063/20 (assinaturas eletrônicas e interações com entes públicos)
 - SELO DESCOMPLICA: Regulamentação Cedências
 - SELO DESCOMPLICA: Decreto – Gestão da frota de veículos oficiais do Estado
 - SELO DESCOMPLICA: Marco Regulatório da Gestão de Ativos do Estado

Dra. Daniela Beling Pinheiro, Assessora Patrimonial da Subsecretaria do Patrimônio Estadual/SPGG - cumprimenta a todos e apresenta o Projeto de Desburocratização - Patrimônio Imobiliário do Estado, na Gestão de Ativos RS que trata dos imóveis públicos e os ganhos práticos e inovação com a nova legislação. A seguir, a sintetização dos maiores benefícios com o Projeto de Lei.

- **Fixação do Marco Regulatório do Patrimônio do Estado** - condensadas legislações que precisam ser modernizadas, descomplicadas e desburocratizadas pois estavam obsoletas e a necessidade de novos instrumentos para gestão do patrimônio, a reestruturação organizacional do Sistema de Gestão do Patrimônio.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
5

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



- **Possibilidade de inclusão para alienação** - inclusão de mais de 2.400 imóveis sem destinação específica, com a finalidade pública e com esta utilização poderão fazer o incremento de receitas, tanto por intermédio da alienação desses imóveis como por programas de permutas e em outros negócios que se consiga vislumbrar o uso mais adequado, moderno e econômico para o Estado.
- **Fomento da retomada econômica com a desconcentração operacional dos imóveis** - uma das maiores ideias do projeto, é a possibilidade de contratação tanto de instituições privadas como financeiras, bancos públicos para a descentralização dessa administração, do cadastramento e regularização das atividades.
- **Identificação de imóveis com ocupações consolidadas para programas de regularização fundiária** - segundo maior objetivo; venda direta das ocupações consolidadas e regularmente autorizados até 31.12.2019, com enfoque no direito a moradia dessas famílias.
- **Transparência ativa de dados** - ferramenta que vai instrumentalizar e efetivar essa transparência, com a divulgação dos dados atualizados em todas as redes governamentais por meio de acessos de informações e, principalmente, aumento do controle social
- **Apoio ao crescimento econômico** – inclusão de imóveis no mercado para quem possa adquirir diretamente ou com a regulamentação do direito à moradia, a possibilidade da iniciativa privada atuar como agente operacional das alienações, avaliações e regularização – corretores, avaliadores, advogados, etc. **O Secretário Claudio Gastal** fala sobre a iniciativa da Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios está fazendo e as Prefeituras em troca de dívidas de saúde; o programa de dação em pagamentos. Daniela argumenta que é a quitação das dívidas da saúde com patrimônio imobiliário que é um dos programas que também faz parte do projeto. **O Secretário Gastal** questiona se o Secretário Busato recebeu o PL do Patrimônio, o qual comunica que não, mas gostaria de ter acesso.
- **Racionalizar o uso dos imóveis da Administração Pública** – descentralização desta administração, redução dos gastos públicos com aluguéis e manutenção; manifestação de interesse de particular para alienação dos imóveis, venda direta intermediadas por corretores credenciados, sem precisar utilizar processo judicial e ampliação da rentabilidade dos ativos imobiliários.
- **Desburocratização da gestão** – escopo maior para melhoria da eficiência, ampliação da relação com a sociedade e a transparência dos atos e contratação de estudos para estruturar plano de desestatização de imóveis.

O Conselheiro André Godoy – pergunta quanto custa esta estrutura para o Estado e quanto ele almeja arrecadar com esses movimentos no sentido dos que serão aplicados em desalienação desses imóveis. **Dra. Daniela** informa que estão trabalhando com identificação e inventário para chegar no universo econômico efetivo, mas em um alinhamento genérico, em um cenário de 2.400, no ano passado, duzentos e cinquenta imóveis foram avaliados em torno de 350 milhões de reais; fazendo uma projeção, chegariam em quase 2 bilhões, isto um valor genérico, projetam para baixo em torno de 1 bilhão e meio no cenário de 2.400 imóveis, todavia será identificado nos estudos de vocação para se ter um perfeito estudo neste cenário.

O Secretário Luiz Busato – no Programa de dação em pagamento da saúde que estão gerenciando são 466 milhões dos 497 municípios.

O Conselheiro André Godoy questiona quanto custo esse patrimônio para os cofres do Estado e a **Dra. Daniela B Pinheiro** diz que não tem identificado este número detalhado, mas um universo total de 10.000 fichas dentro do sistema que corresponde a mais ou menos 8.800 imóveis identificados e georreferenciados, neste cenário, em torno de 6.000 estão vinculados a utilização administrativa em todas as Secretarias. **Dra. Maria Patrícia** relata que até multa ambiental se recebe, uma vez que o patrimônio não utilizado pode gerar invasões, atividades que não sejam lícitas e o Poder Público quando é proprietário é responsável pela



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
6

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



fiscalização; assim como as invasões e ações judiciais que requer entrar com reintegração de posse, duas ou três vezes o mesmo imóvel. **Dra. Daniela B Pinheiro** - recentemente, em imóvel próximo, tem 2 milhões em multas ambientais, é todo um cenário de controle e fiscalização que hoje não se consegue dimensionar, a ideia é que esse Projeto permita ter uma melhor dimensão desse cenário de gastos.

Secretário Claudio Gastal – solicita ao Procurador do Estado, Dr. Henrique Zandoná, conversar com o Procurador-Geral do Estado, Dr. Eduardo Cunha da Costa, informando que o Projeto está pronto, mas tem uma questão a ser resolvida para, posteriormente, ser encaminhado à Casa Civil e Assembleia Legislativa RS. Informa ao Secretário Luiz Carlos Busato que o Subsecretário de Patrimônio, Sr. Sergio Valmorbida, já encaminhou o referido Projeto.

Conselheiro do CEDE, Sr. Daniel Santoro – sobre como estas iniciativas são operadas sem uma estrutura específica para o Conselho e DescomplicaRS, sendo que toda a equipe e, em especial os Coordenadores, trabalham nessas frentes. As demandas advindas dos Conselheiros ou de agente externo são direcionadas para uma Caixa de Entrada de Emergentes e trata-se delas em reunião para avaliação.

- Comitê Empreendedorismo: na última reunião do CEDE foi sugerido criar um Comitê de Empreendedorismo o qual foi tratado e discutido em algumas reuniões e tecemos algumas considerações: o volume de pleitos que os Coordenadores estão trabalhando, como o Comitê de Liberdade Econômica que tem quatro reuniões semanais, entendemos que, neste momento, está delicado abrir um novo Comitê e o segundo tema o qual gostaríamos que o Conselho reconsidere a possibilidade de se criar um Conselho tão amplo como o tal, pois todos os temas estão muito bem direcionados e com os agentes envolvidos na ação específica; entende-se que é um fator crítico de sucesso para as todas entregas que estão sendo feitas.
- Fortalecimento da indústria do turismo regional - sugerimos que continuemos trabalhando com focos determinados, por exemplo o fortalecimento da indústria do turismo regional, tema que vem sendo tratado desde o ano passado, bem como com a equipe técnica do SEBRAE com trabalhos excelentes, bem como aproximação com novo Secretário da SETUR, poderia dar muito bons frutos de empreendedorismo no Estado do RS, logo buscar como os órgãos aqui reunidos poderão apoiar.
- Desburocratização da Cadeia Agropecuária: tema recebido da Procergs, para se pensar, dimensionar no sentido de buscar a desburocratização nesse setor e isso altera a dinâmica do empreendedorismo especialmente nas menores cidades no interior do Estado.
- Prêmio Inovare: a visibilidade deste trabalho que vem sendo feito, absolutamente inovador, nessa congregação entre público e privado e a adição de órgãos como TJ RS, MP RS, Defensoria Pública RS e demais, propomos apresentar o Case para o Prêmio Inovare que é produzido pelo Poder Judiciário no Brasil e tem uma categoria de desburocratização.
- Newsletter para o Conselho: manter o CEDE informado de questões rotineiras de maneira a desonerar as nossas reuniões, uma vez que são muitos assuntos para atualizá-los e poder ouvir os Conselheiros.

Para finalizar temos as pautas que estão sendo acompanhadas: SOL CBM – Sistema Online de Licenciamento dos Bombeiros; SELO DESCOMPLICA – Decreto do Login Único; OUIDORIA; MAPEAMENTO DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA; DESCOMPLICA (TJ) – O Desembargador, Dr. Ney Wiedemann Neto, se prontificou a apresentar para todos os órgãos do segmento jurídico, o Programa Descomplica do Tribunal de Justiça RS. Antes de abrir a palavra aos Conselheiros, relata alguns aspectos para reflexão: o formato destas reuniões, os temas emergentes e relevantes para incorporar no escopo do Conselho e do DescomplicaRS, pois um dos grandes ativos construídos no CEDE foi a multiplicidade de órgãos, de setores da sociedade e do poder público, a incorporação de agentes que estão conosco desde o início, como o Promotor de Justiça do Ministério Público RS, Dr. Daniel Martini, dando excelentes contribuições, Desembargador do TJ RS, Dr. Ney Wiedemann Neto, trazendo projetos, logo, como



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
7

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



Conselheiro considera um grande diferencial do CEDE. As demandas de expectativas diferentes, fica difícil eleger para onde alocar os escassos recursos que existe em qualquer uma das organizações, o tempo de reunião, a JUCIS RS participando ativamente de vários encontros com este Conselho, então, nós como Conselheiros temos que auxiliar a estabelecer os critérios de pauta, as prioridades de recursos e qual o impacto de tudo. Então, com esta reflexão, pergunta qual a grande contribuição que este Conselho pode fazer para a sociedade gaúcha; que uma instituição ou um setor sozinho não pode gerar; criamos uma oportunidade única que vale ser replicada para o Brasil, ou seja, construiu-se um diálogo permanente de confiança até para divergir. Agradece e devolve a palavra ao Secretário Claudio Gastal.

Secretário Claudio Gastal – passa a palavra para os Conselheiros.

Conselheiro José Renato Hopf – parabeniza o Conselheiro Daniel Santoro pela condução clara dos trabalhos pela ferramenta Trello, agradece a todos os Comitês de Trabalho que tem sido intensos e com resultados muito importantes; o Secretário Claudio Gastal pela gestão de todo o processo, cumprimenta o Secretário Ronaldo Santini por estar aqui no Conselho e por defender a luta pela desburocratização. Os resultados estão muito claros, objetivos e podem ser percebidos por todos. No que se refere a legislação do CEDE, concorda e entende que tenha que ser perene o Conselho, uma vez que é um processo de construção, evolução, reforça o seu apoio a esta iniciativa e que seria muito importante para o nosso Estado. Quanto a apresentação sobre o Projeto de Desburocratização - Patrimônio Imobiliário do Estado, na Gestão de Ativos RS, considera um duplo ganho, a redução dos gastos, um ativo que passa a gerar ganhos públicos e um patrimônio que é convertido em investimento e necessidades públicas. Reforça que o nosso Conselho Estadual é de Desburocratização e Empreendedorismo, logo, não acha necessário criar um Conselho de Empreendedorismo, pois há, essencialmente, em todos os Comitês, importante é garantir que o empreendedorismo perpassa em todas ações, o que já ocorre, como as de melhorias na parte de regulação. Sugere que se tenha ações chaves que percorram em todo o processo, talvez um de imersão para conversar sobre uma atuação específica. Outro ponto específico e importante para reforço, na cadeia de geração do RS, é o turismo, a inovação e a agroindústria. A iniciativa de buscar um processo de desburocratização, automatizações importantes que podem ser feitas, podendo gerar um ganho de eficiência e de produtividade na cadeia do agronegócio. Colocaria um processo de turismo e inovação como itens consideráveis para reforço na matriz econômica do nosso Estado; ainda, pode-se verificar o que é possível agregar nesses dois temas, com discussões nos Comitês e como representante da sociedade civil, se coloca à disposição para aprofundar esses temas.

Conselheira Elis Radmann – a questão do empreendedorismo pode ser colocada de forma transversal nos grupos, mas, talvez, o tema de casa maior seja a definição do conceito, o que o Conselho entende como empreendedorismo, pois nessa caminhada o tema não ficou tão claro, como turismo e outros.

Conselheiro Walter Lídio – o Governo do Estado quando fizer o seu planejamento que possa envolver outras cadeias como a de energias renováveis, eólicas, etc., além de turismo e outras; qual a facilitação para os negócios serem empreendidos. Recomenda a criação de um processo de Ouvidoria com setores, pois na prática escuta muitas reclamações, talvez por alguns fatores ou não sabem como encaminhar, assim, teríamos que criar um canal aberto para estimular o envio das situações, não significa que não estamos abertos para tal. Outro ponto que destaca é a necessidade de se fazer uma revisão da burocracia da modelagem de contratações de tudo que o Estado faz, ou seja, tem uma modelagem menos técnica, não contemplando os regimes modernos de contratações que o privado usa, extensivo aos serviços. Em muitas



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
8

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



entidades que se aplicou o observatório social se ganhou milhões em simples correção de procedimentos. Ponto este que facilitaria o empreendedorismo e deixaria de estar em uma condição anacrônica.

Conselheiro, Sr. Marlos Schmidt – cumprimenta o Conselheiro Daniel pela iniciativa de trazer esta pauta e a provocação para que se possa utilizar este Conselho naquilo que ele tem de melhor e maior entrega que é união das entidades e esforços. Reforça a importância do grupo para que se possa alinhar as estratégias e assuntos pertinentes a serem valorizados pelo CEDE, com debates que resulte em construção mais efetiva, maior e melhor.

Conselheiro, Sr. André Godoy – salienta que bem colocou o Conselheiro Daniel e com muita propriedade; o que o CEDE pode fazer para melhorar o Estado do RS; é o que estamos fazendo aqui, reunir as principais forças do Estado com um claro objetivo de melhorar as condições do RS, o que dificilmente acontece quando as instituições trabalham separadamente, tratando apenas dos seus interesses. Assim como é uma virtude, pode ser, também, uma dificuldade, a de encontrar os pontos comuns que todos nós temos; esse é o principal papel deste Conselho. Agradece o trabalho dos Grupos que realmente movimentam o Conselho. O Conselheiro Daniel agradece as palavras; diz estar tendo um grande aprendizado e que tem um orgulho muito grande do grupo de coordenadores que estão direcionados ao bem comum, com uma entrega além das suas competências e cargos funcionais.

Secretário Claudio Gastal – ratifica o tempo para demais colocações dos Conselheiros, assim como para sugestões, dúvidas.

Secretário-Chefe da Casa Civil Adjunto, Dr. Bruno de Freitas – pede para chamar atenção deste Conselho sobre a oportunidade de colaboração direta, o resultado desta ação do Governo com estes projetos levados para Assembleia Legislativa RS que efetivamente concorrem com os objetivos do CEDE e que tem neste conceito a simplificação, a desburocratização a exemplo do Fundopem 4.0. Chama atenção do Conselho para um acompanhamento, uma participação direta, se possível. Temos a presença do Deputado Giuseppe Riesgo que dá importância do conteúdo deste Projeto e para que o resultado seja o melhor para o Rio Grande; ele vai tramitar na Assembleia a partir de agora, seria o momento de organizar a participação destes membros que possam ter alguma linha de proposição para o texto que foi protocolado e se manifestar nos momentos de apresentação do Projeto.

Secretário Claudio Gastal – informa que foram encaminhados para Assembleia Legislativa, oito projetos que tratam da recuperação econômica, como o do Fundopem 4.0.

- 74/2021 - FUNDOPEM/RS programa harmonização desenvolvimento industrial INTEGRAR/RS 75/2021 Fixa o limite global que poderá ser autorizado para a aplicação em projetos do Programa de Incentivo ao Esporte - PRÓ-ESPORTE/RS, do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social - PRÓ-SOCIAL/RS e do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais - PRÓ-CULTURA/RS para o exercício de 2021
- 76/2021 - Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos financeiros às empresas que venham a se instalar ou ampliar suas atividades no Estado, através da comercialização de bens imóveis no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial – PROEDI
- 77/2021 - Procedimento tributário administrativo, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- 78/2021 - Política estadual desenvolvimento sustentável aquicultura
- 79/2021 - Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União, relativamente a garantia a ser concedida por ela em operação de crédito externo a ser contratada pelo BRDE junto ao BID 80/2021 Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União, relativamente a garantia a ser concedida por ela em operação de crédito externo a ser contratada pelo BRDE junto ao BID
- 81/2021 - Dispõe sobre a exploração direta ou mediante concessão dos serviços locais de gás canalizado, institui a Taxa de Serviços Diversos.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
03/2021

Folha
9

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
09/04/2021

Responsável
Neusa Bueno



ENCAMINHAMENTOS

- Conselheiro José Hopf – considera importante é garantir que o empreendedorismo perpassasse em todas ações, o que já ocorre, como as de melhorias na parte de regulação. Sugere que se tenha ações chaves que percorram em todo o processo, talvez um de imersão para conversar sobre uma atuação específica.
- Conselheira Elis Radmann – sugere que o tema de casa maior seja a definição do conceito, o que o Conselho entende como empreendedorismo, pois nessa caminhada o tema não ficou tão claro, como turismo e outros
- Conselheiro Walter Lídio – o Governo do Estado possa envolver outras cadeias como a de energias renováveis, eólicas, etc., além de turismo e outras; qual a facilitação para os negócios serem empreendidos; recomenda a criação de um processo de Ouvidoria com setores e a necessidade de se fazer uma revisão da burocracia da modelagem de contratações do Estado.
- Conselheiro, Sr. Marlos Schmidt – reforça a importância do grupo para que se possa alinhar as estratégias e assuntos pertinentes a serem valorizados pelo CEDE, com debates que resulte em construção mais efetiva, maior e melhor.

CONSELHEIROS DO CEDE

SPGG RS – SECRETÁRIO CLAUDIO GASTAL

SPGG RS – SECRETÁRIA-ADJUNTA IZABEL MATTE

CASA CIVIL – SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL ARTUR LEMOS JÚNIOR

SEFAZ RS – SECRETÁRIO MARCO AURÉLIO CARDOSO

SETUR RS – SECRETÁRIO RONALDO SANTINI

SEDEC – SECRETÁRIO EDSON BRUM

SICT RS – SECRETÁRIO LUIS DA CUNHA LAMB

PGE RS – PROCURADOR-GERAL EDUARDO CUNHA DA COSTA

SEBRAE RS – DIRETOR-SUPERINTENDENTE ANDRÉ VANONI DE GODOY

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

DANIEL SANTORO

ELIS RADMAN

JOSÉ RENATO S HOPF

LEONARDO LAMACHIA

MARLOS SCHMIDT

WALTER LÍDIO

PROJETO DESCOMPLICA RS – COORDENADORIA

SPGG RS/ASJUD - TOMÁS HOLMER

PGE RS/AGENTE SETORIAL - TIAGO BONA

PROJETO DESCOMPLICA RS – ASSESSORIA

SPGG RS/ASJUD – MAGNUM ELTZ

SPGG RS/ASJUD – NEUSA BUENO